



1ª FASE - OAB 44

REVISÃO FINAL

2 semanas de conteúdo gratuito
para alcançar **40 pontos sem
perder tempo.**

ESTRATÉGIA OAB

ESTRATÉGIA OAB





Prof.^a Kerolinne Barboza

1º PASSO - GAB. 23
REVISÃO
FINAL



@profa.kerolinnebarboza



@profa.kerolinnebarboza



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO



E fique ligado!

Durante as transmissões, a nossa Corujita vai voar na sua tela com **MENSAGENS SECRETAS**. Será uma por dia.

Junte todas as palavras e, ao final da revisão final, envie para nós. Quem fechar tudo vai concorrer aos nossos Vade-Mécuns de 2ª fase + kit da Coruja!

REVISÃO DE VÉSPERA



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO

Estratégia OAB

1ª fase | OAB 44



+ de 10h de aulas ao
vivo das 20 disciplinas

16/08, 7h



Material de Apoio

teoria, Mapas Mentais,
resumos, questões e
gravações das aulas.



PodCast Café SEM Ética

No dia da prova, confira as
apostas finais com boas
risadas para aliviar a tensão.

17/08, 9h



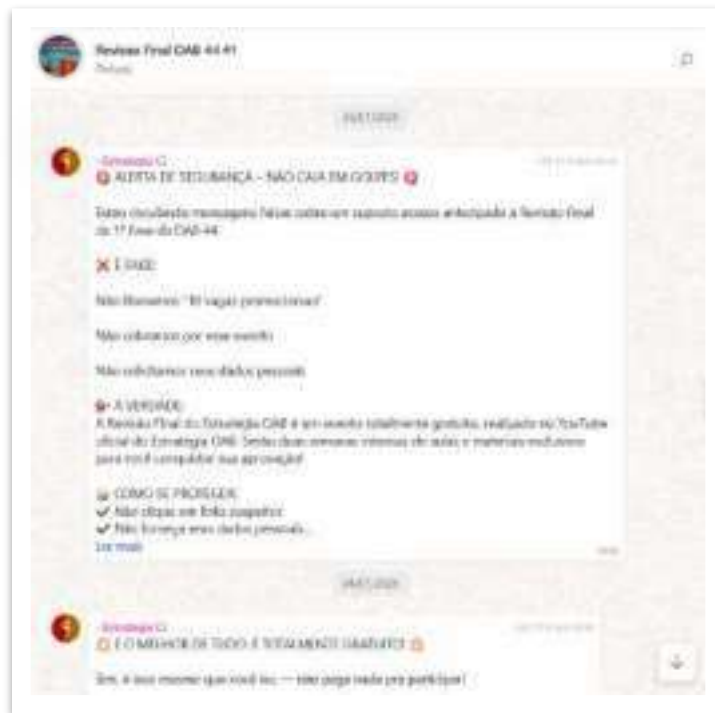
Gabarito Extraoficial

Vamos corrigir a prova em
primeira mão para você!

17/08, 17h

TUDO PELO NOSSO CANAL EXCLUSIVO!

1ª FASE - CAC 44
REVISÃO
FINAL



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO

Direito Processual Penal

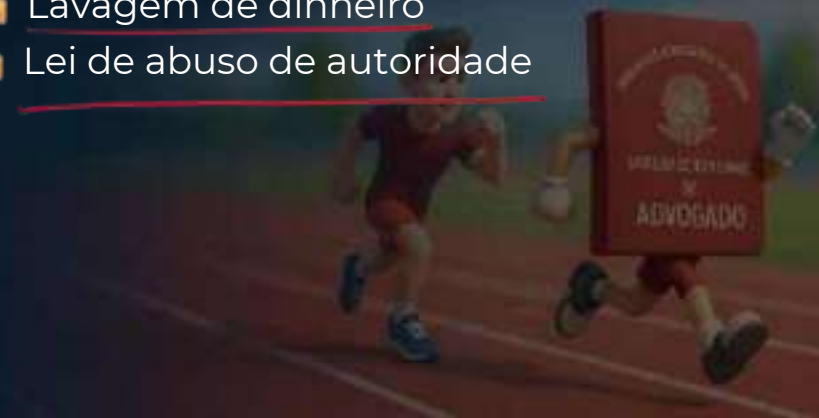
Revisão Final

ESTRATÉGIA OAB



Revisão Final OAB 44 | **Direito Processual Penal**

1. 🔒 Lei de Drogas – crimes em espécie ❤️
2. 🔒 Lei de Drogas – procedimentos
3. 🔒 Procedimento especial do Júri ❤️
4. 🔒 Lei Maria da Penha ❤️
5. 🔒 Lei de interceptação telefônica
6. 🔒 Lei de Organização criminosa - crime
7. 🔒 Lei de Organização criminosa – técnicas de investigação
8. 🔒 Crimes de trânsito (CTB)
9. 🔒 Lei de Tortura
10. 🔒 Lei de Preconceito (Racismo)
11. 🔒 Estatuto do Desarmamento
12. 🔒 Lei de Execução Penal (LEP)
13. 🔒 Crimes contra a ordem tributária
14. 🔒 Lavagem de dinheiro
15. 🔒 Lei de abuso de autoridade



Dica 1/15

Lei de Drogas – crimes em espécie

ESTRATÉGIA OAB





Porte de Drogas para consumo pessoal

O tratamento dado para a conduta descrita no art. 28 foi recentemente analisado pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário nº 635.659, com repercussão geral (Tema 506), tendo sido decidido pela Corte que **portar droga para uso próprio não é mais crime e o porte de até 40 gramas de maconha já não configura infração penal, pois até essa quantidade, presume-se que se destina ao consumo pessoal.**



- Duração das penas:

PENAS

- Advertência: imediata

- Prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo: máximo de 5 meses (se houver reincidência, o prazo pode ser duplicado).



ATENÇÃO: no caso do condenado se recusar injustificadamente a cumprir os incisos II e III, **não haverá a caracterização do crime de desobediência**, pois a própria lei de drogas já estabelece as consequências no § 6º do art. 28.

- Prazo de prescrição: 2 anos
- Conduta equiparada: § 1º

→ PLANTIO

Não de admite aplicação do princípio da insignificância



Tráfico privilegiado

Art. 33 § 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja **primário**, de **bons antecedentes**, **não se dedique às atividades criminosas** nem **integre organização criminosa**.

↳ ORLUM - 12.850/13



Questão 01 - 37º Exame

Quinho foi preso em flagrante delito portando 1 quilo de cocaína, ao tentar embarcar em ônibus na rodoviária Novo Rio (no Rio de Janeiro/RJ) que seguiria em direção a São Paulo/SP, onde Quinho pretendia vender tal substância para um comprador local.

INTENÇÃO





Questão 01 – 37º Exame

Ao ser denunciado por tráfico de drogas interestadual (Art. 33 c/c. Art. 40, inciso V, ambos da Lei nº. 11.343/2006), a defesa técnica de Quinho alegou que a hipótese seria de tráfico de drogas simples, pois, em razão da prisão em flagrante delito, o acusado jamais conseguiu efetivamente transpor a fronteira entre os Estados do Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.

Sobre a incidência da majorante prevista no Art. 40, inciso V, da Lei nº 11.343/2006, assinale a afirmativa correta.

CAUSA DE AUMENTO DE PENALIDADE



Questão 01 – 37º Exame

A. São imprescindíveis a inequívoca intenção de realizar o tráfico interestadual e a efetiva transposição de fronteiras. (1) X (2) ✓

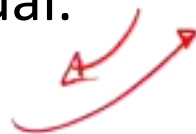
B. São desnecessárias a inequívoca intenção de realizar o tráfico interestadual e a efetiva transposição de fronteiras. (1) X (2) ✓



Questão 01 – 37º Exame

C. Basta a inequívoca intenção de realizar o tráfico interestadual, sendo desnecessária a efetiva transposição de fronteiras.

D. Basta a efetiva transposição de fronteiras, sendo desnecessária a inequívoca intenção de realizar o tráfico interestadual.





1/15 📖 Lei de Drogas 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 4 Exames

1ª FASE - QAS 22
REVISÃO
FINAL

Gabarito: C



Como caiu na prova?

(FGV / XXI Exame de Ordem – 2016) Policiais militares em patrulhamento de rotina, ao passarem próximos a um conhecido ponto de venda de drogas, flagraram Elias, reincidente específico no crime de tráfico ilícito de entorpecentes, vendendo um “pino” contendo cocaína a um usuário local.

Ao perceber que os policiais dirigiam-se para a abordagem, o aludido usuário, de modo perspicaz, jogou ao chão o entorpecente adquirido e conseguiu se evadir mas Elias acabou sendo preso em flagrante.



Como caiu na prova?

Ato contínuo, em revista pessoal, nos bolsos de Elias foram encontrados mais 119 (cento e dezenove) pinos de material branco pulverulento, que se comprovou, a posteriori, tratar-se de um total de 600g de substância entorpecente capaz de causar dependência, conhecida como cocaína.

Diante de tal situação e após cumpridos todos os trâmites legais, o Ministério Público denunciou Elias pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, duas vezes, nas modalidades “vender” e “trazer consigo”, em concurso material de crimes.



Como caiu na prova?

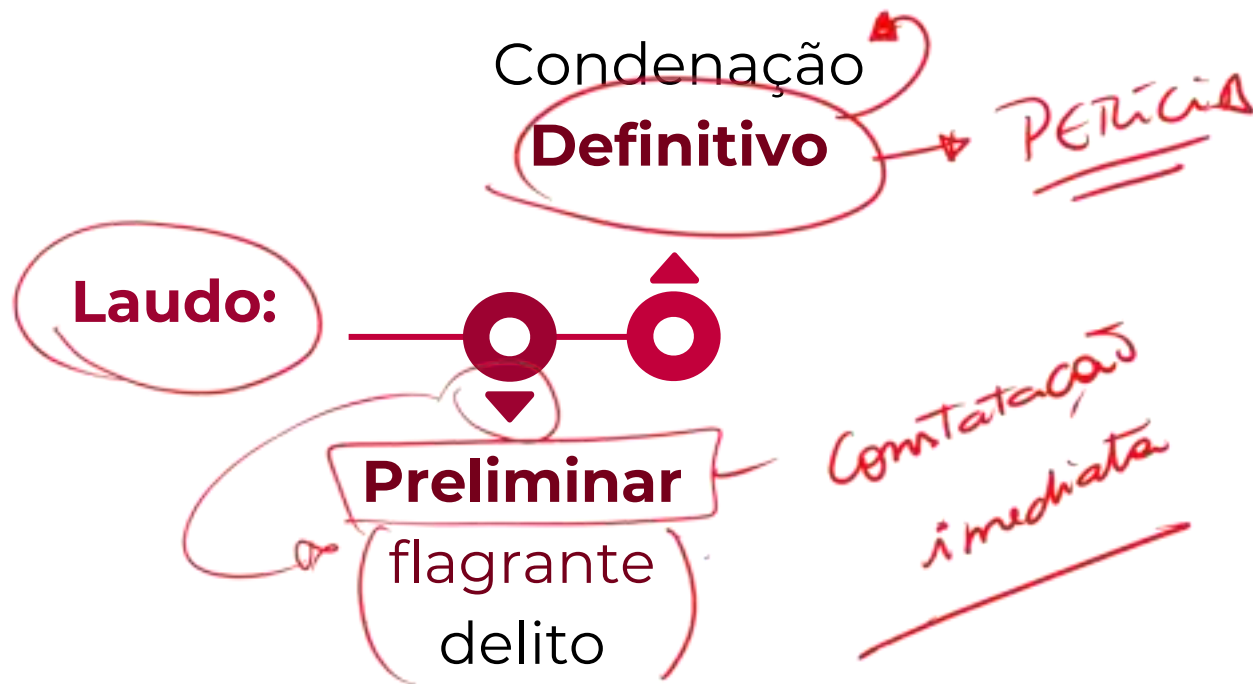
a) incorreta, tendo em vista que a norma do Art. 33 da Lei nº 11.343/06 é de ação múltipla, devendo Elias responder pela prática de um único crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

Dica 2/15

Lei de Drogas – Procedimentos

ESTRATÉGIA OAB







2/15 🗝️ Lei de Drogas 🔥 Incidência: MÉDIA 🚀 Caiu em 4 Exames

1º PASSO - 2023-24
REVISÃO
FINAL

Art. 70 -> Se caracterizado ilícito transnacional, são da competência da Justiça Federal.



MAJORANTE ART. 40:

para configuração da majorante da transnacionalidade do delito **basta que se comprove a destinação internacional da droga.**



Art. 41. O indiciado ou acusado que **colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal** na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, **terá pena reduzida de um terço a dois terços.**

DELACAS
PREMIACAS

ASSOCIACAS 3/1 TRÁFICO
2 + PESSOAS



Questão 02 - 37º Exame

O Art. 33 da Lei n. 11.343/06 (Lei Antidrogas) diz: “Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Pena – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.”



Questão 02 - 37º Exame

Analizando o dispositivo acima, pode-se perceber que nele não estão inseridas as espécies de drogas não autorizadas ou que se encontram em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Dessa forma, é correto afirmar que se trata de uma norma penal



Questão 02 – 37º Exame

A. em branco homogênea.

B. em branco heterogênea. ↗

DIFFERENTE

~~C. incompleta (ou secundariamente remetida).~~

D. em branco inversa (ou ao avesso).



2/15  Lei de Drogas  Incidência: MÉDIA  Caiu em 4 Exames

1º PASSO 2º PASSO 3º PASSO
REVISÃO
FINAL

Gabarito: B

Dica 3/15

Procedimento Especial do Júri

ESTRATÉGIA OAB





PROCEDIMENTO
COMUM

≠ PROCEDIMENTO
ESPECIAL

1ª FASE

- *iudicium accusationis*
- sumário da culpa
- Início: oferecimento da peça acusatória
- Fim: preclusão da sentença de pronúncia

ACUSACÃO

PRONÚNCIA

2ª FASE

- *iudicium causae*
- juízo da causa
- Início: preparação do processo para julgamento no plenário
- Fim: julgamento.

CASOS

ESPECIAIS



3/15 🗝️ Procedimento do Júri 🔥 Incidência: ALTA ✨ Caiu em 9 Exames

REVISÃO
FINAL

COMPETÊNCIA
CONSTITUCIONAL

CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA

Homicídio (Art. 121)

Feminicídio (Art. 121-A)



Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122) *

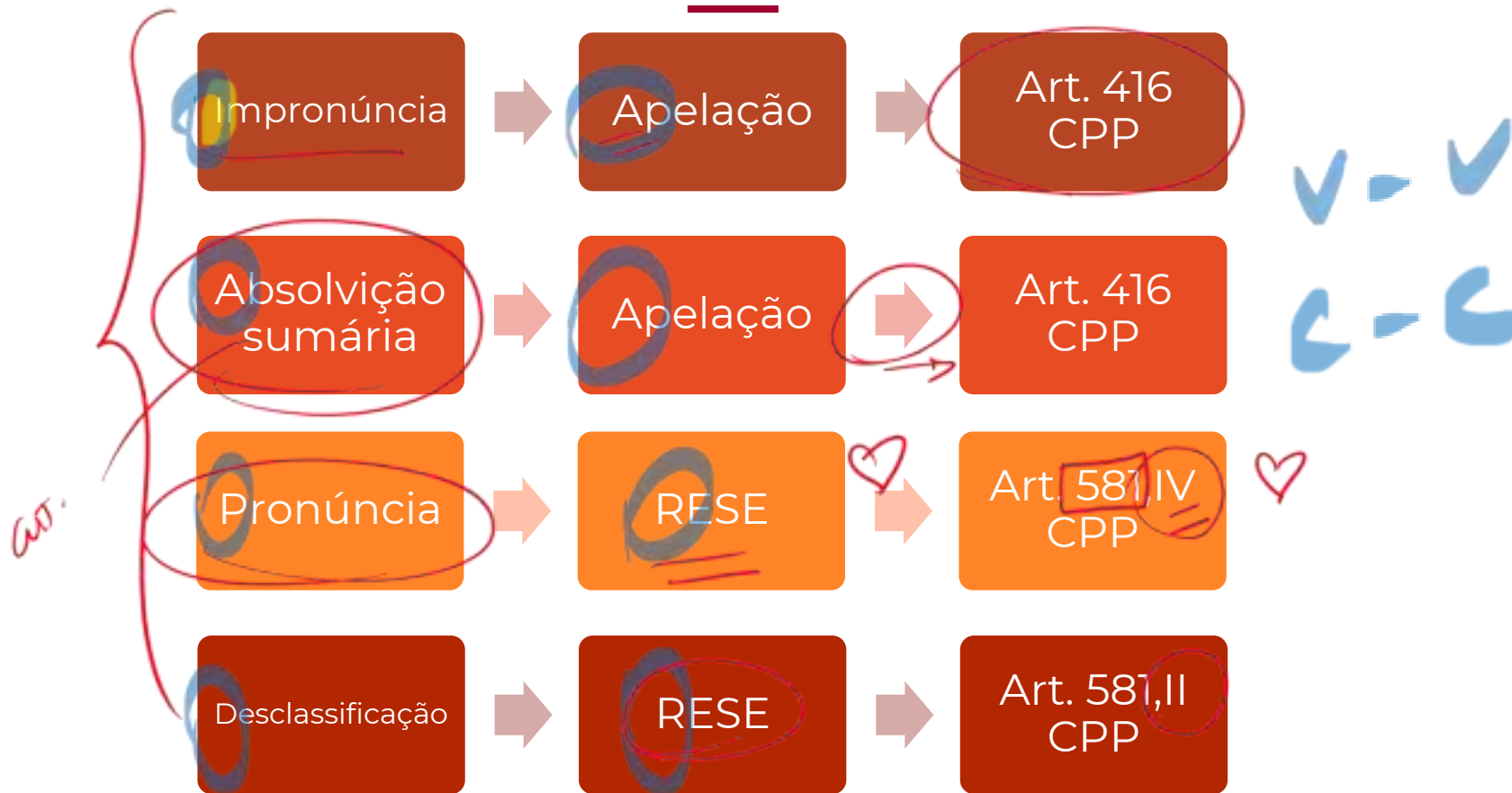
Infanticídio (Art. 123)

Aborto (art. 124, 125 e 126)



3/15 🗑️ Procedimento do Júri 🔥 Incidência: ALTA 🌟 Caiu em 9 Exames

1º PASSO - CAS 44
REVISÃO
FINAL





Questão 03 - 34º Exame

Após ter sido exonerado do cargo em comissão que ocupava há mais de dez anos, Lúcio, abatido com a perda financeira que iria sofrer, vai a um bar situado na porta da repartição estadual em que trabalhava e começa a beber para tentar esquecer os problemas financeiros que viria a encontrar.

Duas horas depois, completamente embriagado, na saída do trabalho, encontra seu chefe Plínio, que fora o responsável por sua exoneração. //



Questão 03 - 34º Exame

MATAR - Homicídio

Assim, com a intenção de causar a morte de Plínio, resolve empurrá-lo na direção de um ônibus que trafegava pela rua, vindo a vítima efetivamente a ser atropelada.

Levado para o hospital totalmente consciente, mas com uma lesão significativa na perna a justificar o recebimento de analgésicos, Plínio vem a falecer, reconhecendo o auto de necropsia que a causa da morte foi unicamente envenenamento, decorrente de erro na medicação que lhe fora ministrada ao chegar ao hospital, já que o...



Questão 03 - 34º Exame

remédio estaria fora de validade e sequer seria adequado no tratamento da perna da vítima.

Lúcio foi denunciado, perante o Tribunal do Júri, pela prática do crime de homicídio consumado, imputando a denúncia a agravante da embriaguez preordenada.

Confirmados os fatos, no momento das alegações finais da primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, sob o ponto de vista técnico, a defesa deverá pleitear

ACUSAR



Questão 03 – 34º Exame

A. o afastamento da agravante da embriaguez, ainda que adequada a pronúncia pelo crime de homicídio consumado.

B. o afastamento, na pronúncia, da forma consumada do crime, bem como o afastamento da agravante da embriaguez.

Por Si Só → IMPREVISIBILIDADE



Questão 03 - 34º Exame

C. o afastamento, na pronúncia, da forma consumada do crime, ainda que possível a manutenção da agravante da embriaguez.

D. a desclassificação para o crime de lesão corporal seguida de morte, bem como o afastamento da agravante da embriaguez.



3/15  Procedimento do Júri  Incidência: ALTA  Caiu em 9 Exames

1ª FASE - QAS 44
REVISÃO
FINAL

Gabarito: B



Como caiu na prova?

(FGV / XXX Exame de Ordem – 2019) Regina dá à luz seu primeiro filho, Davi. Logo após realizado o parto, ela, sob influência do estado puerperal, comparece ao berçário da maternidade, no intuito de matar Davi. No entanto, pensando tratar-se de seu filho, ela, com uma corda, asfixia Bruno, filho recém-nascido do casal Marta e Rogério, causando-lhe a morte. Descobertos os fatos, Regina é denunciada pelo crime de homicídio qualificado pela asfixia com causa de aumento de pena pela idade da vítima.



Como caiu na prova?

Diante dos fatos acima narrados, o(a) advogado(a) de Regina, em alegações finais da primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, deverá requerer



Como caiu na prova?

b) a desclassificação para o crime de infanticídio, diante do erro sobre a pessoa, não podendo ser reconhecida a agravante pelo fato de quem se pretendia atingir ser descendente da agente.

↓ Art. 123

Dica 4/15

Lei Maria da Penha

ESTRATÉGIA OAB





Unidade doméstica:

Independentemente do vínculo familiar, de forma que é possível a aplicação da lei em desfavor do patrão contra a secretária do lar.

Âmbito familiar:

não se exige relação consanguínea entre os membros

Relação íntima de afeto:

não se trata necessariamente uma relação amorosa, e não requer que se morem juntos.



SÚMULA N° 600 STJ: Para a configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) **não exige a coabitação entre autor e vítima.**

SÚMULA N° 589 STJ: É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.



- Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.
- **Art. 16.** Nas **ações penais públicas condicionadas à representação** da ofendida de que trata esta Lei, **só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade**, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.



- **Art. 17.** É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- **Art. 41.** Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, **não se aplica a Lei nº 9.099**, de 26 de setembro de 1995.

JULIANO ESPECIAL



Questão 04 - 40º Exame

Paulo é investigado em um Inquérito Policial pelos crimes de ameaça e lesão corporal em face de sua esposa, Maria. Ao longo da investigação, foi decretada medida protetiva de afastamento de 1.000m em relação à vítima.

Posteriormente, movido por ciúmes em razão de uma mensagem de Maria a um amigo, Paulo foi ao encontro dela com o intuito de questioná-la sobre o fato, violando a medida protetiva da qual já havia sido regularmente intimado.



Questão 04 - 40º Exame

Tendo em vista o que preconiza a Lei nº 11.340/2006, está correto afirmar que Paulo

A. praticou um crime de ação penal pública incondicionada.

B. está incurso nas penas de um crime inafiançável.

DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA



Questão 04 - 40º Exame

C. cometeu uma contravenção penal que comporta o oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo. *Crime*
Res: NÃO!

D. pode ser submetido a um decreto de prisão preventiva em seu desfavor, mas não cometeu crime.



4/15 🗝️ Lei Maria da Penha 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 3 Exames

1ª FASE 2023
REVISÃO
FINAL

Gabarito: A



Como caiu na prova?

(FGV / XX Exame de Ordem – 2016) A Lei Maria da Penha objetiva proteger a mulher da violência doméstica e familiar que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, e dano moral ou patrimonial, desde que o crime seja cometido no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto. Diante deste quadro, após agredir sua antiga companheira, porque ela não quis retomar o relacionamento encerrado, causando-lhe lesões leves, Jorge o (a) procura para saber se sua conduta fará incidir as regras da Lei nº 11.340/06.



Como caiu na prova?

c) a agressão do companheiro contra a companheira, mesmo cessado o relacionamento, mas que ocorra em decorrência dele, caracteriza a violência doméstica e autoriza a incidência da Lei nº 11.340/06.

Dica 5/15

Lei de interceptação telefônica

ESTRATÉGIA OAB





REQUISITOS

Ordem judicial fundamentada

Indícios razoáveis de autoria ou participação na infração penal investigada;

Se a prova não puder ser feita por outros meios;

Infração punida por **reclusão**;

Situação objeto da investigação

RESERVA DE JURISDIÇÃO

INTERCEPTAÇÃO
(FIM) → INSTRUÇÃO PROCESSUAL PENAL
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL



Como caiu na prova?

(FGV / 40º Exame de Ordem – 2024) Depois do recebimento de denúncia anônima, a delegacia iniciou a verificação preliminar de informações e colheu indícios de que Juca desenvolvia atividades ilícitas de telecomunicações (pena: detenção, 2 a 4 anos).

A fim de melhor apurar os fatos, foi instaurado inquérito policial e o delegado de polícia representou pela interceptação das comunicações telefônicas de Juca, o que foi deferido pelo Juiz.



Como caiu na prova?

A fim de melhor apurar os fatos, foi instaurado inquérito policial e o delegado de polícia representou pela interceptação das comunicações telefônicas de Juca, o que foi deferido pelo Juiz.

A fim de anular as provas colhidas a partir da interceptação telefônica, você, na condição de advogado(a) de defesa de Juca, deve alegar que.



5/15



Lei de interceptação telefônica



Incidência: ALTA



Caiu em 4

Exames

recurso

1º PASSO - QUAIS SÃO
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

a) não é cabível a interceptação quando o ilícito apurado for punível com pena de detenção.

Dica 6/15

Lei de Organização Criminosa - crime

ESTRATÉGIA OAB





Organização Criminosa

Art. 3º

04 ou mais agentes

Estruturalmente ordenado

Com divisão de tarefas

Objetivo de obter direta ou indiretamente vantagem de qualquer natureza

Mediante a prática de infrações penais:

- Com pena máxima superior a 04 anos, ou;
- Que sejam de caráter transnacional

Associação criminosa

03 ou mais pessoas

Finalidade específica de cometimento de crimes.

Associação para o tráfico

02 ou mais pessoas;

Estabilidade e Permanência no vínculo associativo



6/15 📖 Lei de Organização criminosa 🔥 Incidência: MÉDIA ✍️ Caiu em 2 Exames

1º PASSO - 2023-24
REVISÃO
FINAL

Questão 06 - 37º Exame

Acerca das Organizações Criminosas e o seu tratamento dado pela Lei n. 12.850/2013, assinale a alternativa CORRETA:



Questão 06 - 37º Exame

A. Requer a associação de ~~3~~ ou mais pessoas

B. É ~~dispensável~~ a estabilidade e a permanência para a sua caracterização.



Questão 06 - 37º Exame

C. O agente infiltrado não pode ser levado em conta como membro do grupo para se obter o número legal mínimo de integrantes.

D. Tem por finalidade a obtenção de vantagem de qualquer natureza mediante a prática de infrações penais (crimes e contravenções penais) cujas penas máximas sejam superiores a 2 (dois) anos, ou de caráter transnacional.



6/15 📖 Lei de Organização criminosa 🔥 Incidência: MÉDIA ✍️ Caiu em 2 Exames

1ª FASE 2023
REVISÃO
FINAL

Gabarito: C

Dica 7/15

Lei de Organização Criminosa – Técnicas de investigação

ESTRATÉGIA OAB





Técnicas de investigação

- Infiltração de agentes

→ REQUER AUTORIZAÇÃO DO JUIZ

- Ação controlada

↓
FRAGRANTE
RETARDADO
OU
DIFERIDO

POSTERGADO

⚠️ ATENÇÃO

→ REQUER
COMUNICAÇÃO



DROGAS

→ REQUER
AUTORIZAÇÃO



- **Colaboração premiada**

± DECLARAÇÕES PREMIADAS DROGAS

ACORDO

§ 16. Nenhuma das seguintes medidas será decretada ou proferida com fundamento apenas nas declarações do colaborador:

I - medidas cautelares reais ou pessoais;

II - recebimento de denúncia ou queixa-crime;

III - sentença condenatória.



Como caiu na prova?

(FGV / 26º Exame de Ordem – 2018) Caio vinha sendo investigado pela prática de crime de organização criminosa. Durante os atos de investigação, agentes da Polícia Civil descobriram que ele realizaria ação no exercício da atividade criminosa da organização que deixaria clara a situação de flagrante e permitiria a obtenção de provas. Todavia, a investigação também indicava que nos dias seguintes outros atos do grupo criminoso seriam praticados por Caio, o que permitiria a identificação de outros envolvidos na organização.



Como caiu na prova?

Diante disso, a autoridade policial determina diretamente e em sigilo que ocorra ação controlada, comunicando apenas ao Ministério Público, retardando a intervenção policial para que a medida se concretizasse de forma mais eficaz à formação da prova e obtenção de informações.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Caio poderá buscar a invalidade da chamada “ação controlada”, porque



Como caiu na prova?

c) não houve prévia comunicação ao juiz competente, que nos termos da lei, poderia, inclusive, estabelecer os limites do ato.

Juiz

Dica 8/15

Crimes de trânsito - CTB

ESTRATÉGIA OAB





Aplica-se aos crimes de trânsito de **lesão corporal culposa** os benefícios da Lei 9.099/95, exceto se o agente estiver:

- I - sob **a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa** que determine dependência;



- II - **participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística,** de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente;
- III - **transitando em velocidade superior à máxima permitida** para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora).



Art. 302. Praticar **homicídio culposo** na direção de veículo automotor:

Penas - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.



§ 1º No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é **aumentada de 1/3 (um terço) à metade**, se o agente:



I - **não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação**;

II - **praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada**;

III - **deixar de prestar socorro**, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do sinistro;

IV - **no exercício de sua profissão ou atividade**, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.



§ 3º Se o agente conduz **veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa** que determine dependência:

Penas - reclusão, de **cinco a oito anos**, e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor



8/15 🗝️ Crimes de trânsito - CTB 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 4 Exames

1º PASSO - QUES 44
REVISÃO
FINAL

Art. 303. Praticar **lesão corporal culposa** na direção de veículo automotor:



Penas - detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Causa de aumento de pena: Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) à metade, se ocorrer qualquer das hipóteses do § 1º do art. 302.



§ 2º A pena privativa de liberdade é de **reclusão de dois a cinco anos**, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo, **se o agente conduz o veículo com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa** que determine dependência, e se do crime resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.



Art. 306. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência

Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.



Art. 310. **Permitir, confiar ou entregar** a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou, ainda, a quem, por seu estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança:

Penas - detenção, de seis meses a um ano, ou multa.



Questão 08 - 33º Exame

Fernando foi preso em flagrante e indiciado pela suposta prática do crime previsto no Art. 306 da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), pois conduzia veículo automotor em via pública sob a influência de álcool.

O magistrado competente, ao analisar o auto de prisão em flagrante, concedeu a liberdade provisória, aplicando a cautelar de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor.



Questão 08 - 33º Exame

Fernando, entendendo que a cautelar prejudicaria seu sustento, já que era motorista de caminhão, solicita que você, como advogado(a), adote as medidas cabíveis para questionar a decisão do magistrado de aplicar a cautelar alternativa de suspensão da habilitação.

Considerando apenas as informações expostas, de acordo com a Lei nº 9.503/97, o(a) advogado(a) de Fernando



Questão 08 - 33º Exame

- A. não poderá apresentar recurso, tendo em vista que a decisão que aplica cautelar alternativa é irrecorrível.
- B. poderá apresentar recurso de apelação.
- C. poderá apresentar recurso em sentido estrito.
- D. poderá apresentar recurso de agravo.



8/15  Crimes de trânsito - CTB  Incidência: ALTA  Caiu em 4 Exames

1º PASSO - QUES 23
REVISÃO
FINAL

Gabarito: C



Questão 08 - 5º Exame

Joaquim, conduzindo seu veículo automotor (que se encontrava sem as placas de identificação) em velocidade superior à máxima permitida para a via – 50km/h –, pratica o crime de lesões corporais culposas em virtude da sua não observância ao dever objetivo de cuidado no trânsito.

Com base na situação acima e à luz do Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta.



Questão 08 - 5º Exame

A. Por se tratar a lesão corporal culposa praticada na direção de veículo automotor de uma infração de menor potencial ofensivo, Joaquim responderá pelo seu crime no Juizado Especial Criminal.

B. Sem prejuízo da pena de detenção correspondente, Joaquim estará sujeito à suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

⊕ PPL



Questão 08 - 5º Exame

C. Pelo fato de Joaquim praticar o fato na condução de veículo automotor sem placas de identificação, o Juiz poderá, caso entenda necessário, agravar a penalidade do crime.

D. A pena a que Joaquim estará sujeito não se alterará se a lesão corporal culposa for praticada em faixa de pedestres ou mesmo na calçada.



8/15  Crimes de trânsito - CTB  Incidência: ALTA  Caiu em 4 Exames

1º PASSO - QUES 23
REVISÃO
FINAL

Gabarito: B



Como caiu na prova?

(FGV / 32º Exame de Ordem – 2021) Cláudio, durante a comemoração do aniversário de 18 anos do filho Alceu, sem qualquer envolvimento pretérito com o aparato policial e judicial, permitiu que este conduzisse seu veículo automotor em via pública, mesmo sabendo que o filho não tinha habilitação legal para tanto.

Cerca de 50 minutos após iniciar a condução, apesar de não ter causado qualquer acidente, Alceu é abordado por policiais militares, que o encaminham para a Delegacia ao verificarem a falta de carteira de motorista.



Como caiu na prova?

Em sede policial, Alceu narra o ocorrido, e Cláudio, preocupado com as consequências jurídicas de seus atos, liga para o advogado da família para esclarecimentos, informando que a autoridade policial pretendia lavrar termo circunstanciado pela prática do crime de entregar veículo a pessoa não habilitada (Art. 310 da Lei nº 9.503/97, Código de Trânsito Brasileiro, cuja pena em abstrato prevista é de detenção de 06 meses a 01 ano, ou multa).



8/15 🗝️ Crimes de trânsito - CTB 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 4 Exames

1º PASSO - QUES 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

Considerando apenas as informações narradas, o(a) advogado(a) de Cláudio deverá esclarecer que, de acordo com as previsões da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), sua conduta



8/15 🗝️ Crimes de trânsito - CTB 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 4 Exames

1ª FASE - QAS 22
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

A) configura o delito imputado, na forma consumada, com natureza de crime de perigo abstrato, cabendo oferecimento de proposta de transação penal por parte do Ministério Público.

Dica 9/15

Lei de Tortura

ESTRATÉGIA OAB





Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;



9/15 🗨️ Lei de Tortura 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 3 Exames

1º PASSO - 2023-24
REVISÃO
FINAL

II - **submeter alguém**, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de **violência** ou **grave ameaça**, a **intenso sofrimento físico ou mental**, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na **mesma pena incorre** quem **submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental**, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.



9/15 📖 Lei de Tortura 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 3 Exames

1º PASSO - 2023-24
REVISÃO
FINAL

— TORTURA OMISSÃO

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.



- A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo **dobro do prazo da pena aplicada**.
- O crime de tortura é **inafiançável** e **insuscetível** de **graça ou anistia**.

- TRÁFICO
- ILÍCITO
- TERNOS
- MEDICINOS

TORTURA

PERDA
AUTOMÁTICA

ONCINIM

FUNÇAS
PUNOS



Como caiu na prova?

(FGV / 30º Exame de Ordem – 2019) Zélia, professora de determinada escola particular, no dia 12 de setembro de 2019, presencia, em via pública, o momento em que Luiz, nascido em 20 de dezembro de 2012, adota comportamento extremamente mal-educado e pega brinquedos de outras crianças que estavam no local.

Insatisfeita com a omissão da mãe da criança, sentindo-se na obrigação de intervir por ser professora, mesmo sem conhecer Luiz...



Como caiu na prova?

anteriormente, Zélia passa a, mediante grave ameaça, desferir golpes com um pedaço de madeira na mão de Luiz, como forma de lhe aplicar castigo pessoal, causando-lhe intenso sofrimento físico e mental.

Descobertos os fatos, foi instaurado inquérito policial. Nele, Zélia foi indiciada pelo crime de tortura com a causa de aumento em razão da idade da vítima.



Como caiu na prova?

Após a instrução, confirmada a integralidade dos fatos, a ré foi condenada nos termos da denúncia, reconhecendo o magistrado, ainda, a presença da agravante em razão da idade de Luiz.

Considerando apenas as informações expostas, a defesa técnica de Zélia, no momento da apresentação da apelação, poderá, sob o ponto de vista técnico, requerer



Como caiu na prova?

a) a absolvição de Zélia do crime imputado, pelo fato de sua conduta não se adequar à figura típica do crime de tortura.

Dica 10/15

Lei de Preconceito (Racismo)

ESTRATÉGIA OAB





10/15 🗝️ Lei de Racismo 🔥 Incidência: MÉDIA 🚀 Caiu em 2 Exames

1º PASSO - QUAIS SÃO
REVISÃO
FINAL

Art. 5º CRFB

XLII - a prática do racismo constitui crime **inafiançável** e **imprescritível**, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

↑ + ACRS GRUPO 5 ARM.



Atenção: os crimes previstos na lei de racismo **não são hediondos e nem equiparados!**



Efeitos da condenação

Art. 16. Constitui efeito da condenação a **perda do cargo ou função pública**, para servidor público, e a **suspensão do funcionamento do estabelecimento particular** por **prazo não superior a 3 (três) meses**.



Atenção:

- Efeitos Não Automáticos (arts. 16 e 18):
- Perda do cargo ou função pública, **para o servidor público;**
- Suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por **prazo não superior a 3 (três) meses.**



INJÚRIA RACIAL no CP – Injúria por preconceito

Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

(...)

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência:

A ofensa é praticada contra uma pessoa determinada ou um grupo determinado de indivíduos.

O bem jurídico tutelado é a honra subjetiva

Ação penal: Condicionada a Representação. Prescritível. Afiançável

INJÚRIA RACIAL NA LEI DE RACISMO

Art. 2º-A Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de **raça**, **cor**, **etnia** ou **procedência nacional**.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

A ofensa é praticada contra uma pessoa determinada ou um grupo determinado de indivíduos.

O bem jurídico tutelado é a igualdade e a honra

Ação penal: **Incondicionada**, **Imprescritível**, **Inafiançável**.



10/15 📖 Lei de Racismo 🔥 Incidência: MÉDIA 🚀 Caiu em 2 Exames

1º PASSO - 2023-24
REVISÃO
FINAL

Como pode cair na prova?

(SIMULADO)

A Lei 14.532/2023 alterou a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial) e o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). A respeito das alterações promovidas na Lei de Racismo e na legislação criminal, marque a única alternativa correta:



Como pode cair na prova?

- A.** A injúria racial, quando praticada em contexto de descontração, diversão ou recreação, caracteriza circunstância agravante.
- B.** A vítima da injúria racial tem a opção de estar acompanhada de advogado ou defensor público.
- C.** A injúria racial é imprescritível e se promove mediante ação penal pública incondicionada.
- D.** Funcionário público que pratica injúria racial no exercício de suas funções terá a pena do ~~peculato-ofensa~~ ampliada.

Art. 312 CP

Dica 11/15

Estatuto do desarmamento

ESTRATÉGIA OAB





POSSE



- "intra muros"
- interior da residência e suas dependências
- local de trabalho: quando proprietário (dono da empresa) ou responsável legal pelo estabelecimento (aquele que responde de fato pelo local)
- Requer apenas o registro

PORTE

- "extra muros"
- tudo que extrapolar a abrangência da posse.
- Requer registro + autorização



OMISSÃO DE CAUTELA

- Consumação: mero apoderamento da arma de fogo
 - **Atenção**: o tipo penal diz **ARMA DE FOGO**, portanto, não abrange acessório e munição, se trataria de analogia *in malam partem*.
- Omissão de cautela equiparada: parágrafo único
 - Tratam-se de **duas obrigações**: registro da ocorrência policial e comunicação a Polícia federal



- **ATENÇÃO:** nesta modalidade **alcança ACESSÓRIO E MUNIÇÃO.**
- Doutrinariamente o prazo de 24h deve ter início após o conhecimento do extravio.



DISPARO DE ARMA DE FOGO

Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.



Como caiu na prova?

(FGV / 35º Exame de Ordem – 2022) Breno, policial civil, estressado em razão do trabalho, resolveu acampar em local deserto, no meio de uma trilha cercada apenas por vegetação. Após dois dias, já sentindo o tédio do local deserto, longe de qualquer residência, para distrair a mente, pegou sua arma de fogo, calibre permitido, devidamente registrada e cujo porte era autorizado, e efetuou um disparo para o alto para testar a capacidade da sua mão esquerda, já que, a princípio, seria destro.



Como caiu na prova?

Ocorre que, em razão do disparo, policiais militares realizaram diligência e localizaram o imputado, sendo apreendida sua arma de fogo e verificado que um dos números do registro havia naturalmente se apagado em razão do desgaste do tempo. Confirmados os fatos, Breno foi denunciado pelos crimes de porte de arma de fogo com numeração suprimida e disparo de arma de fogo (Art. 15 e Art. 16, §1º, inciso IV, ambos da Lei nº 10.826/03, em concurso material).



11/15  Estatuto do desarmamento  Incidência: ALTA  Caiu em 4 Exames

1ª FASE - 2023
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

Após a instrução, provados todos os fatos acima narrados, você, como advogado(a) de Breno, deverá requerer, sob o ponto de vista técnico, em sede de alegações finais,



11/15 📖 Estatuto do desarmamento 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 4 Exames

1º PASSO - QUAIS SÃO
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

d) a absolvição em relação a ambos os delitos.

Dica 12/15

Lei de Execução Penal

ESTRATÉGIA OAB





- **Aplicação:**
 - Condenado por sentença transitada em julgado
 - Preso provisório (preventiva ou temporária)
 - Estende-se aos condenados e presos pela Justiça Eleitoral e Militar. (art. 2º)



Execução das Penas: *Penas privativas de liberdade*

» **Reclusão**

- **Regime inicial:** regime fechado, regime semiaberto, regime aberto

» **Detenção**

- **Regime inicial:** regime semiaberto, regime aberto
 - Há possibilidade de regressão para o regime fechado



Faltas Disciplinares

- As faltas disciplinares classificam-se em **leves**, **médias** e **graves**. A legislação local especificará as leves e médias, bem assim as respectivas sanções. (art. 49)
- Trata-se de um **rol taxativo**
- **Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.** (art. 49, p. único)



REMIÇÃO

ESTUDO

- Art. 126, § 1º, I
- 1 dia de pena para cada 12h de frequência escolar.

TRABALHO

- Art. 126, § 1º, II
- 1 dia de pena cada 3 dias de trabalho.

ATENÇÃO: o tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos. (art. 128).



12/15 📖 Lei de Execução Penal 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 8 Exames

1º PASSO - QUES 01
REVISÃO
FINAL

Questão 09 - 41º Exame

A família de Luís procura você, como advogado(a), explicando que existe uma lei nova, mais benéfica, que se aplica ao caso do seu parente. Você, ao estudar o caso, descobriu que já havia trânsito em julgado da condenação e que a lei era realmente mais benéfica.

Nessa hipótese, você deve



Questão 09 - 41º Exame

- A.** propor ação de revisão criminal, para que possa ser aplicada a lei mais benéfica.
- B.** informar à família que, como existiu trânsito em julgado, a nova lei, mais benéfica, não se aplica.
- C.** peticionar ao Juiz da Vara de Execuções Penais, requerendo a aplicação da nova lei, mais benéfica.
- D.** propor habeas corpus perante o Supremo Tribunal Federal para aplicação da nova lei, mais benéfica.



12/15 🗝️ Lei de Execução Penal 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 8 Exames

1ª FASE - QAS 22
REVISÃO
FINAL

Gabarito: C



Como caiu na prova?

(FGV / 40º Exame de Ordem – 2024) Juliano foi definitivamente condenado à pena de 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial fechado. Após 2 (dois) anos de cumprimento da pena, foi detectado que Juliano passou a ter uma doença mental grave, tornando-o inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito dos fatos pelos quais havia sido condenado.

Neste caso, como advogado(a) de Juliano, você deverá



12/15 📖 Lei de Execução Penal 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 8 Exames

1º PASSO - 2023-24
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

a) postular ao Juiz da Execução Penal a conversão da pena em medida de segurança.

Dica 13/15

Crimes contra a ordem tributária

ESTRATÉGIA OAB





Princípio da insignificância

Até o valor de R\$ 20.000,00

ATIPICIDADE
MATERIAL

ATENÇÃO:

- Não se aplica automaticamente a tributos Estaduais e Municipais. ✓
- Esse princípio não se aplica ao contrabando, uma vez que ele tutela outros bens jurídicos além da Ordem Tributária. ✓
- Aplicável ao crime de Descaminho. ✓



Súmula Vinculante 24

Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.



Como caiu na prova?

(FGV / XXI Exame de Ordem – 2016) A Delegacia Especializada de Crimes Tributários recebeu informações de órgãos competentes de que o sócio Mário, da sociedade empresária “Vamos que vamos”, possivelmente sonegou imposto estadual, gerando um prejuízo aos cofres do Estado avaliado em R\$ 60.000,00. Foi instaurado, então, inquérito policial para apurar os fatos.



Como caiu na prova?

Ao mesmo tempo, foi iniciado procedimento administrativo, não havendo, até o momento, lançamento definitivo do crédito tributário. O inquérito policial foi encaminhado ao Ministério Público, que ofereceu denúncia em face de Mário, imputando-lhe a prática do crime previsto no Art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/90.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta



Como caiu na prova?

a) Não se tipifica o crime imputado ao acusado antes do lançamento definitivo.

Dica 14/15

Lavagem de Dinheiro

ESTRATÉGIA OAB





Gerações das Leis de Lavagem de Capitais

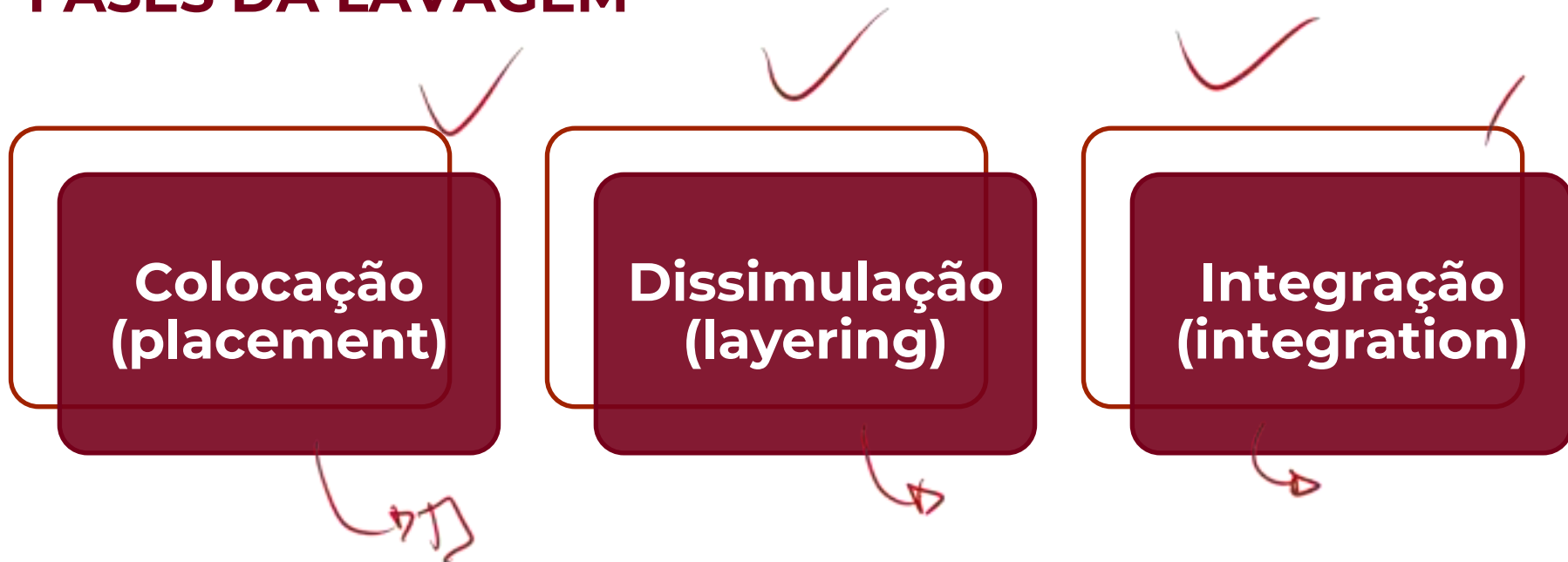
- **Leis de 1ª Geração:** Tinham como infração antecedente o Tráfico de Drogas.
- **Leis de 2ª Geração:** O legislador escolhia em um rol taxativos as infrações que poderiam ser consideradas como antecedentes.
- **Leis de 3ª Geração (ATUAL):** Abandona-se o rol taxativo, para que qualquer infração penal possa funcionar como infração antecedente de Lavagem de capitais.



14/15 🗝️ Lei Lavagem de Dinheiro 🔥 Incidência: MÉDIA 🚀 Caiu em 1 Exames

1ª FASE - 04/05/23
REVISÃO
FINAL

FASES DA LAVAGEM





- O crime de lavagem de capitais é considerado um **crime parasitário**
- Existe uma **acessoriedade**, porém esta se trata de uma **acessoriedade relativa** entre o processamento da infração penal antecedente e da lavagem de dinheiro, de forma que para a condenação por lavagem de capitais **deve se ter prova da ocorrência da infração antecedente**, porém **independe** do processo e julgamento desta. (art. 2º)



14/15 🗝️ Lei Lavagem de Dinheiro 🔥 Incidência: MÉDIA 🚀 Caiu em 1 Exames

1º PASSO - QUES 23
REVISÃO
FINAL

- Para tipificação do crime de lavagem de dinheiro, a **infração antecedente** deve ser ao menos **típica e ilícita**,

~~CULPAB.~~



STF: o delito de lavagem de bens, direitos e valores, previsto no art. 1º da Lei 9.613/98, quando praticado na modalidade de ocultação, tem natureza de crime permanente. (INFO 866)

CABE FLAGRANTE

Dica 15/15

Abuso de autoridade

ESTRATÉGIA OAB





Sujeitos: cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.

Exige finalidade específica : ✓

- de prejudicar outrem; ✓
- beneficiar a si mesmo ou a terceiro; ⊕ ✓
- por mero capricho ou satisfação pessoal.





15/15 🗝️ Abuso de autoridade 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 3 Exames

1ª FASE - QAS 22
REVISÃO
FINAL



Atenção: A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.



Art. 4º São **efeitos da condenação**:

I - **tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime**, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;

II - a **inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública**, pelo período **de 1 (um) a 5 (cinco) anos**;

III - a **perda do cargo, do mandato ou da função pública**.



15/15 🗑️ Abuso de autoridade 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 3 Exames

1ª FASE - QAS 43
REVISÃO
FINAL

Parágrafo único. Os efeitos previstos nos **incisos II e III** do caput deste artigo **são condicionados à ocorrência de reincidência** em crime de abuso de autoridade e **não são automáticos**, devendo ser declarados motivadamente na sentença.



15/15 📁 Abuso de autoridade 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 3 Exames

1º PASSO - QUES 23
REVISÃO
FINAL

Questão 10 - 37º Exame

Bernardo é servidor público e foi condenado porque, durante procedimento administrativo, prestou informações falsas ao interessado, com o intuito de prejudicá-lo. Recebeu condenação de um ano e dois meses pela prática de tal conduta, tipificada no Art. 29 da Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019).

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.



15/15 🗝️ Abuso de autoridade 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 3 Exames

1ª FASE - QAS 22
REVISÃO
FINAL

Questão 10 - 37º Exame

- A.** Em razão da quantidade de pena aplicada, é efeito automático da condenação a perda do cargo público ocupado por Bernardo.
- B.** A pena de Bernardo pode ser substituída por restritivas de direitos, consistente na inaptidão para o exercício de cargo ou emprego público pelo prazo de 1 a 5 anos.



15/15 🗑️ Abuso de autoridade 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 3 Exames

1º PASSO - QUAIS SÃO
REVISÃO
FINAL

Questão 10 - 37º Exame

C. A imposição do dever de indenizar a vítima depende de reincidência específica em crimes de abuso de autoridade.

D. Bernardo pode sofrer suspensão do exercício do cargo, por 1 a 6 meses, com a perda de vencimentos e vantagens, como medida alternativa à pena de prisão.



15/15  Abuso de autoridade  Incidência: ALTA  Caiu em 3 Exames

1ª FASE 2023
REVISÃO
FINAL

Gabarito: B



15/15 🗝️ Abuso de autoridade 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 3 Exames

1º PASSO - QUES 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

(FGV / 39º Exame de Ordem – 2023) Maciel teve sua prisão temporária prolongada sem motivo justo e excepcionalíssimo, por decisão de Xavier, diretor da unidade prisional em que Maciel estava custodiado.

Esgotado o prazo legal para que ele fosse posto em liberdade, Xavier ignorou dolosamente o alvará de soltura por 5 (cinco) dias, com o objetivo de prejudicar Maciel, seu inimigo declarado. Sobre o procedimento de Xavier, assinale a afirmativa correta.



15/15 🗝️ Abuso de autoridade 🔥 Incidência: ALTA 🌟 Caiu em 3 Exames

1ª FASE 2023
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

a) Ele praticou o crime de abuso de autoridade.

REVISÃO DE VÉSPERA



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO

Estratégia OAB

1ª fase | OAB 44



+ de 10h de aulas ao
vivo das 20 disciplinas

16/08, 7h



Material de Apoio

teoria, Mapas Mentais,
resumos, questões e
gravações das aulas.



PodCast Café SEM Ética

No dia da prova, confira as
apostas finais com boas
risadas para aliviar a tensão.
17/08, 9h



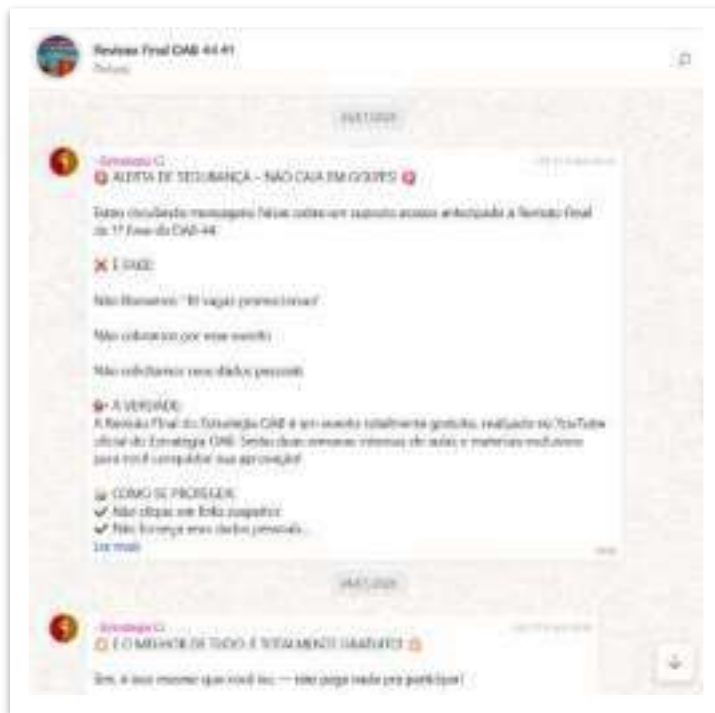
Gabarito Extraoficial

Vamos corrigir a prova em
primeira mão para você!
17/08, 17h

TUDO PELO NOSSO CANAL EXCLUSIVO!

1ª FASE - CAC 44
REVISÃO
FINAL

@PROFA.
KELLYNE
BARBOSA



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO

OBRIGADA!

ESTRATÉGIA OAB





1ª FASE - OAB 44

REVISÃO FINAL

2 semanas de conteúdo gratuito
para alcançar **40 pontos sem
perder tempo.**

ESTRATÉGIA OAB

ESTRATÉGIA OAB

